

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM: DO APITO DA FÁBRICA À SINETA DA ESCOLA¹

Isabel Cristina Caetano Dessotti²
Universidade Paulista – UNIP – campus Sorocaba
isadessotti@uol.com.br

RESUMO:

O presente artigo traça a trajetória educacional da vila operária de Votorantim, iniciada na última década do século XIX, com as chamadas escolas isoladas, até a criação do Grupo Escolar em 1925. Essa vila operária surgiu a partir da instalação da Fábrica de Tecidos Votorantim. Tanto a escola, que atendia as crianças-operárias, como a fábrica, despontam num período importante da história brasileira: a República, marcado por rupturas e transformações. Estabeleceu-se um novo modelo educacional e novas relações sociais. As relações trabalho e capital, comandadas pelo apito da fábrica, se fizeram num misto de dominação e resistência; inserida nesse contexto, a escola republicana foi incapaz de promover eficazmente a educação popular, mas competente para formar o operário subserviente.

Palavras-chave: Fábrica, Operários, Educação, Relações Sociais, Votorantim (SP)

HISTORY OF EDUCATION OF VOTORANTIM: FROM WHISTLE OF THE FACTORY FOR SMALL BELL OF THE SCHOOL

ABSTRACT:

The present article traces the educational trajectory of the laboring village of Votorantim, initiate in the last decade of century XIX, with the named isolated schools, until the creation of the School Group in 1925. The laboring village appeared from the installation of the fabric plant. As the school, that took care of the child-laborers, as the factory, blunts in an important period of Brazilian History, marked for ruptures and transformations: the Republic, that established a new educational model and the new social relations. The relations work and money, commanded for the whistle of the plant, it had made in a compound of domination and resistance, inserted in this context, the republican school was incapable to promote efficiently a public education, but competent to form the subservient laborer.

Key words: Factory, Labores, Education, Social relations, Votorantim (SP).

Fruto da política financeira desacertada de Rui Barbosa, conhecida por Encilhamento, a Fábrica de Tecidos Votorantim, pertenceu inicialmente ao Banco União de São Paulo, beneficiário dessa política. Nasceu grande em 1890 e com celeridade cresceu ainda mais, numa época em que o país economicamente era “essencialmente agrícola”, elitista e com uma industrialização incipiente, cujo proletariado representava uma parcela ínfima dos trabalhadores brasileiros. O café era a base de toda riqueza do Império e os lucros dos grandes cafeicultores não foram investidos em capital fixo (maquinismos) nem capital variável (salários), senão em escala reduzidíssima. O grosso ia para o luxo e para compra de terras, verdadeira obsessão que se apoderara dos latifundiários. (BASBAUM, 1986, p. 136)

Apesar da pouca expressão da indústria no contexto econômico do país, final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a Fábrica Votorantim e outras que surgiram em Sorocaba no mesmo período foram se firmando, provocando uma mudança na paisagem urbana da cidade, nos costumes e comportamentos. Sons como o dos apitos, antes desconhecidos, passaram a integrar o cotidiano da cidade e a comandar a vida das pessoas.

Anterior ao Banco União, Votorantim, região do município de Sorocaba era conhecida apenas pela beleza de suas cachoeiras. Pelo Banco União simultaneamente foram construídas: a estrada de ferro, ligando Sorocaba-Votorantim a Itupararanga, onde havia as jazidas de mármore; a ponte sobre o rio Sorocaba; os prédios para a estamperia, e a montagem dos equipamentos; a represa no salto Votorantim e a vila operária. Tudo isso exigiu mão-de-obra que Sorocaba não conseguiu suprir com sua população. A certeza de emprego passou a atrair pessoas, principalmente imigrantes europeus, dentro da política migratória incentivada pelo governo. Vinham movidos pela esperança de melhorar de vida. Há de se salientar que o emprego não era para o homem e sim para toda a família: pai, mãe, filhos maiores e filhos menores.

Sem uma legislação que regulasse o trabalho nas fábricas, o operariado ficou a mercê dos mandos e desmandos dos grandes capitalistas, enfrentando toda sorte de dificuldades financeiras, de ameaças, de humilhações. As condições de trabalho eram duras, marcadas por longas jornadas de trabalho para homens, mulheres e crianças, salários miseráveis, falta de assistência médica, exposição constante a doenças, principalmente tuberculose etc. multas por atraso ou por danos na produção, tratamento desumano por parte de mestres e contra-mestres, sujeição à revistas pessoais e até mesmo nas casas dos operários.

Contudo de ainda não terem constituído uma consciência de classe, os operários irmanados pelo sofrimento foram se manifestando contra essas condições de vida e de trabalho que atingiram um nível insuportável. A resposta a essa situação geralmente se dava com as greves, algumas delas pacíficas, em sinal de solidariedade a companheiros punidos injustamente.

A partir de 1914 o movimento operário ganha mais expressão no país, devido ao aumento das indústrias e conseqüente aumento do número de operários. Mesmo assim, as relações trabalho e capital foram marcadas por avanços e retrocessos. Os direitos alcançados numa greve eram negados posteriormente pelos patrões que assim

procediam, amparados na tibieza de um estado oligárquico que atribuía um peso secundário ao proletariado.

O ano de 1917 foi o auge da luta operária no sentido de mobilização do proletariado que reivindicava significação social para um Estado que agia como repressor e não como organizador de uma legislação trabalhista. A greve iniciou-se na capital quando os operários do Cotonifício Crespi exigiram aumento de 15 a 20% do salário, o que lhes foi negado. Então, cruzaram os braços, e com a adesão dos operários das outras fábricas ampliaram as reivindicações: abolição das multas, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, modificação do regime interno da empresa, supressão da contribuição “pró-pátria”³ (FAUSTO, 1976, p. 193). Essa greve rapidamente chegou a Sorocaba, pois pela mesma situação difícil passavam os operários locais. Entretanto, para os operários da fábrica Votorantim essa greve coincidiu com a falência do Banco União. Quando todas as fábricas retornaram ao trabalho e os operários obtiveram alguns ganhos, os operários da Fábrica Votorantim se encontravam desempregados, vivendo a incerteza da reabertura ou não da fábrica. Com a falência do Banco União, a fábrica passou a ser administrada por Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa, dois industriais em ascensão. Rapidamente Pereira Ignácio adquiriu a parte do sócio e ficou a frente da fábrica, iniciando novo período de prosperidade industrial.

Na vila operária de Votorantim as relações entre patrões e operários não foram marcadas somente por confrontos, numa política dissimulada em benefícios, a fábrica ocultava uma dominação que ia muito além dos seus muros.

A casa para morar (que eram diferenciadas de acordo com a carga ocupado dentro da fábrica), praticamente de graça, permitia à fábrica fazer as constantes ameaças de despejo quando o operário se mostrava desobediente. Assim como a facilidade de comprar no armazém da fábrica alimentos, vestuário, miudezas; de ter adiantado o ingresso do cinema e do clube de futebol com posterior desconto no ordenado, que muitas vezes reduzia o salário a zero. Essas práticas permitiam que a fábrica impusesse o seu preço, pois tinha o monopólio da venda. Ademais, assegurava a ela o domínio sobre o consumo dos operários, pois a fábrica determinava de quais produtos deveria ser abastecido o armazém. Subjacente a esse controle estava o retorno dos recursos gastos com os salários. Em muitos casos, no final do mês, o operário quase nada tinha a receber, configurando uma maneira velada de aprisioná-lo. A estratégica localização da vila operária na periferia da cidade garantia o isolamento dos operários, pois a ligação com a cidade somente podia ser feita pela estrada de ferro pertencente à fábrica, que estabelecia o preço das passagens, os dias e horários dos bondes. A expressão maior da dominação da fábrica residia no oferecimento de emprego para toda a família, com míseros salários, selando um vínculo de extrema dependência e submissão.

Para assegurar um controle maior e desestabilizar a união entre os operários uma prática bastante usual da fábrica fora a cooptação, inúmeras vezes denunciada pela imprensa operária. Ao galgar uma posição melhor, o operário passava a ser um delator dos companheiros, garantindo o seu prestígio perante a diretoria da fábrica. O caso mais notório de cooptação foi o oferecimento da gerência da fábrica a um operário anarquista: Ângelo Vial, que gozava de forte ascendência sobre o operariado. Entretanto, para aceitar o cargo sem renegar suas idéias anarquistas, Vial exigiu o fim

da lista negra. Essa lista circulava entre os industriais e constava o nome de todos os operários demitidos por motivo de greve ou ideológicos. O operário cujo nome aparecesse na referida lista dificilmente encontrava colocação em alguma fábrica da região.

Nesse cenário de total dominação da fábrica na vila operária de Votorantim, aparece a escola cujos atores eram crianças operárias. Essa escola surge no contexto de mudanças objetivadas pelo novo regime de governo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre o passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso. Como signo da instauração da nova ordem, a escola deveria fazer ver. (CARVALHO, 1989, p. 23). Na República, a educação com a missão regeneradora da sociedade foi organizada em dois tipos de escola: o Grupo Escolar e as escolas isoladas. O grupo escolar procurou traduzir o ideal republicano de modernização da sociedade. As escolas isoladas, que caracterizavam a educação da vila operária, sem sofrer grandes modificações, seguiram com as mesmas dificuldades dos tempos imperiais: insuficiência de vagas e de escolas, falta de professores, condições precárias dos prédios que eram alugados pelos professores, inassiduidade dos alunos, recursos pedagógicos insuficientes, etc.

Para que a renovação do ensino se concretizasse tornou-se necessário a reorganização didático-pedagógica que se fez pelo método intuitivo, entendido pelos pedagogos do momento como a modernização do ensino. Educar o povo significava preparar as crianças para a vida social. Tornou-se imperioso introduzir profundas mudanças na organização didático-pedagógica da escola primária; isto significou a imposição de determinadas concepções pedagógicas e de determinadas representações sobre o ensino. (SOUZA, 1998, p. 158)

Esse método baseava-se em deixar a criança descobrir por si só o conhecimento, partindo do simples para o composto, do concreto para o abstrato e assim por diante, dando-se ênfase na observação. A adoção do método intuitivo exigiu um novo profissional da educação além de abundante e diversificado material pedagógico.

Para os alunos a instituição dos exames públicos constituiu uma das “inovações” educacionais republicanas mais contraditórias e conflituosas no processo de construção da escola primária pública renovada. Os republicanos desejavam universalizar a educação popular, projeto de caráter democrático. No entanto, essa escola, essencial para a República, deveria ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa. Os exames foram os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos (SOUZA, 1998, p. 242).

Na vila operária de Votorantim, as sessões de exame no geral eram marcadas pela presença de pessoas importantes, representantes da imprensa, outros convidados além dos pais dos alunos. As bancas examinadoras tinham sempre em sua composição altos funcionários da fábrica e a indefectível presença do seu gerente. A presença do gerente era duplamente significativa, pois prestigiava o evento demonstrando a importância que a fábrica atribuía à instrução. E em contrapartida significava o poder da fábrica ali representado atento ao desempenho do filho do seu operário, que em muitas

vezes também já era seu operário. Para a criança a situação pela qual passava era de pressão e cobrança tendo que exibir boa performance. A aprovação dos alunos era valorada em: “distinção com louvor”, “distinção”, “plenamente” e “simplesmente”. Entremendo as argüições dos alunos eram recitadas poesias ou cantos que agradavam sobremaneira aos espectadores, e engrandeciam o trabalho do professor. Após as argüições eram oferecidos presentes, geralmente flores, aos membros da banca e prêmios aos alunos que mais se distinguiam pela aplicação, assiduidade e comportamento. Finalizavam-se essas sessões com elogiosos discursos e distribuição de doces e cerveja aos presentes. Como os prêmios, presentes, flores, doces e cerveja eram oferecidos pelo professor, nota-se que em alguns exames fora oferecido unicamente um “profuso copo de água”, revelando o estado de penúria em que vivia o professor. O coroamento dos exames e, por conseguinte da própria instrução, se dava com a publicação dos nomes dos alunos e respectivas aprovações nos jornais, representando uma conquista e um orgulho para o aluno e sua família e a legitimação do ideal republicano.

No dia-a-dia da escola, a aplicação do método intuitivo esbarrou no despreparo dos professores e insuficiência de material pedagógico. Contraditoriamente a essa situação em todas as sessões de exames escolares realizadas na vila operária de Votorantim, como em outras escolas de Sorocaba, sem nenhuma exceção, os membros da banca examinadora lavraram um voto de louvor ao trabalho do professor. Essa prática recorrente seria um incentivo para o professor? Seria cooptação? Ou seria a reafirmação do sucesso da escola republicana?

Sem equiparar salários e pagando mal a seus profissionais, a escola republicana estabeleceu um clima de rivalidade entre os professores pelo que significava trabalhar num grupo escolar e numa escola isolada. Todos eram mal remunerados, mas o Grupo Escolar conferia um status e reconhecimento da sociedade. No grupo escolar a educação ganhava visibilidade e conseqüentemente o seu professor.

Das fontes pesquisadas depreende-se que a escola na vila operária sempre fora uma reivindicação do operariado, pois não se fechavam por falta de alunos; ao contrário, em vários anos ficaram fora da escola crianças por falta de vagas. Nos relatos sobre os exames havia quase sempre o equilíbrio entre o número de alunos matriculados e presentes. O mesmo não acontecia nas escolas rurais, onde as crianças trabalhavam na roça e seguidamente ocorria o seu esvaziamento por falta de alunos que eram obrigados a abandoná-la, desestimulados por seus pais, que não viam necessidade de se saber ler e escrever para lidar com a enxada.

Podemos inferir a partir desses dados a importância dada à escola pelos operários e que estes depositavam suas esperanças de melhorar de vida na instrução. Talvez concorresse para permanência do aluno na escola, a vigilância constante da fábrica que demonstrava interesse pela instrução dos seus operários, como forma de garantir sua imagem paternalista. Outros indicadores teriam sido as iniciativas tomadas pelos operários para a criação de Escolas Modernas ou Racionalistas segundo a concepção pedagógica de Francisco Ferrer. Na luta pela instrução dos operários tivera papel preponderante o jornal “O Operário” que defendeu exaustivamente a criação de escolas para operários. Estes viam no modelo da escola Moderna a educação ideal para

o trabalhador conquistar seu lugar na sociedade. Inclusive há a possibilidade de ter havido uma escola moderna em Votorantim, o que não foi possível comprovar. (O OPERÁRIO, 12 abr 1911, p. 2)

Aparentemente o Estado cumpria sua parte com a educação ao criar escolas operárias, inclusive noturnas, no ensejo de atender as necessidades do operariado, mas nada fazia para regulamentar a jornada de trabalho excessiva que os impedia de freqüentar tais escolas.

Dentro das práticas paternalistas da fábrica quando da realização dos exames escolares, os alunos mais aplicados eram premiados. No início os prêmios eram oferecidos pelo próprio professor, depois a fábrica encarregou-se de mais esse benefício. Os alunos com melhores notas, comportamento e aplicação eram aqueles que não trabalhavam na fábrica, como os filhos do gerente e de funcionários melhor colocados. Esses eram premiados pela escola e pela vida.

A escola republicana foi incapaz de promover uma educação popular como apregoara no início da república. A medida que as dificuldades surgiam vinham adequações como os desdobramentos dos horários de aula, diminuindo assim o tempo de permanência do aluno na escola e a permissão para que as aulas fossem ministradas por pessoas estranhas ao magistério, para suprir a falta de mestres. Sem conseguir acompanhar o crescimento da demanda culminou com a Reforma de Sampaio Dória reduzindo a obrigatoriedade do ensino para dois anos. Essa reforma, segundo Nagle (2001, p. 268) incompreendida, tentou por fim ao dilema: ensino incompleto para todos ou ensino integral para alguns.

Apesar da proposta de métodos mais inteligentes de ensino, o que prevaleceu na escola republicana foi a memorização, facilmente observável por ocasião dos exames escolares que serviram mais para propaganda da República, pelas grandes solenidades, do que para apurar o quanto os alunos aprenderam.

Em 1921, as escolas isoladas da vila operária são reunidas num único prédio construído pela fábrica e passam a ser as Escolas Reunidas do Votorantim.

Outra iniciativa escolar, considerada motivo de orgulho para Antonio Pereira Ignácio foi a Escola Maternal e Creche Votorantim, criada em 1926 para atender aos filhos das operárias da fábrica. Foi a segunda escola nesses moldes instalada no estado de São Paulo, precedida pela creche da fábrica Santa Rosália, também em Sorocaba.

Em 3 de fevereiro de 1925 é criado o Grupo Escolar de Votorantim, ocupando o mesmo prédio das escolas reunidas anexando todas as escolas isoladas sob a direção do professor Armando Rizzo. Passando a ser o quarto grupo escolar de Sorocaba.

Até 1965 quando Votorantim desmembrou-se politicamente do município de Sorocaba e, para além desse tempo, não se encontrava uma só família que não tivesse ao menos um membro trabalhando na fábrica, geralmente todos. O que confirma que a escola da Vila Operária de Votorantim cumpriu eficazmente o seu papel. Entregou para a fábrica um operário obediente, ordeiro, respeitador da lei, e principalmente sem asas para alçar vôos.

Bibliografia:

BAUSBAUM, Leôncio. História sincera da República. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-76, v. 2

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a república. São Paulo: Brasiliense, 1989

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O Operário. Sorocaba, SP, 1909 a 1912.

SOUZA, Rosa Fátima. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

¹ Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Educação, Universidade de Sorocaba – UNISO, sob a orientação do Prof. Dr. José Luis Sanfelice.

² Mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba. Graduada em História e Pedagogia. Professora da Universidade Paulista – UNIP – campus Sorocaba. E-mail: isadessotti@uol.com.br

Artigo recebido em: 28/2/2008

Aprovado para publicação em: 25/3/2008